



DO OXE AO ORIXÁ: O DESENVOLVIMENTO DA LIBERDADE ÉTNICO-RACIAL NA EEM FRANCISCO MIGUEL DE ANDRADE

Kátia Keylly Feitosa da Silva ¹

From Oxe to Orixá: the developing of the ethnic and racial freedom at EEM Francisco Miguel de Andrade

Resumo

Partindo da conjectura da importância das escolas na promoção da consciência étnico-racial, abordando a pluralidade cultural, a pesquisa busca, através da análise da Lei 11.645/2008 – que inclui a história e a cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar, apontar a necessidade de práticas constantes de valorização e reconhecimento da cultura dos povos originários e dos povos africanos. Utilizando o método da pesquisa-ação e uma abordagem qualitativa chegamos à conclusão de que a implementação da supracitada lei na EEM Francisco Miguel de Andrade, tem promovido práticas pedagógicas que respeitam e valorizam a diversidade étnico-racial. As iniciativas têm contribuído para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, promovendo um ambiente escolar mais respeitoso. Projetos como o “Do Oxe ao Orixá” são fundamentais para promover a equidade e justiça social nas escolas, enriquecendo a educação e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Descolonização Curricular. Diversidade Étnico-Racial. Lei 11.645/2008.

Abstract:

Starting from the conjecture of the importance of schools in the promotion of ethnic and racial awareness, addressing the cultural plurality, the research seeks through the analysis of the Law 11.645/2008 – which includes the history and culture of Afro-Brazilian and indigenous in the school's curriculum and shows the need of constant practices of valorization and recognition of the culture of the native people and the African people. Using the action research method and a qualitative approach it came to the conclusion that the implementation of the law in the Francisco Miguel de Andrade High school has promoted pedagogical practices that respect and value the ethnic and racial diversity. The initiatives have been contributing to the deconstruction of stereotypes and prejudices, providing a more respectful school environment. Projects like “Do Oxe ao Orixá” are fundamental to promote equity and social justice in the schools, enriching the education and contributing to building of a fairer and democratic society.

Keywords: Curriculum Decolonization. Ethnic-Racial Diversity. Law 11.645/2008.

1. Especialização em Gestão Escolar. Especialização em Metodologia do Ensino de História. Especialização em Sociologia. Professora e PCA de CHSA na EEM Francisco Miguel de Andrade.

1. INTRODUÇÃO

A escola, como espaço de formação cidadã, carrega a incumbência de promover a consciência étnico-racial, abordando a pluralidade de culturas e histórias presentes em sua comunidade. A Lei 11.645/2008, por exemplo, estabelece a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Por meio desta legislação, as escolas são orientadas a desenvolver práticas pedagógicas que promovam o respeito à diversidade e desconstruam estereótipos e preconceitos.

Apesar da existência da lei referida, observa-se que muitas escolas ainda não implementaram de forma eficaz os conteúdos previstos. Um dos principais obstáculos para a implementação efetiva desta é a falta de formação adequada dos professores. A formação continuada dos professores é essencial para que eles possam desenvolver práticas pedagógicas que promovam o respeito à diversidade e a desconstrução de estereótipos.

A escassez de materiais didáticos específicos sobre a história e a cultura afro-brasileira também é um desafio significativo. Embora alguns avanços tenham acontecido e surtido efeitos, ainda há uma falta de recursos que retratem de maneira fiel e aprofundada a contribuição dos afro-brasileiros para a formação da identidade nacional. É fundamental que os materiais didáticos sejam revistos e ampliados para incluir essas narrativas de maneira mais abrangente.

No pensamento de Abreu:

[...] o mundo da cultura e das práticas culturais é (e sempre foi) repleto de contradição e conflitos, que podem ser rapidamente observados na sociedade brasileira se lançarmos mão de velho impasses, como a permissão, ou não, para escravos batucarem ou sambarem, e de novos desafios, como o convívio, ou não, com o funk. Esquecer estes conflitos ou as interações e tolerâncias que sempre existiram, é perder de vista a possibilidade de compreensão das práticas culturais (Abreu, 2009, p. 89).

Nesse contexto, destaca-se o projeto "Do Oxe ao Orixá", desenvolvido pela Escola Estadual de Ensino Médio Francisco Miguel de Andrade (FMA), inaugurada em 2022. Essa instituição adota o lema do acolhimento e se baseia em um calendário letivo e planos de ensino que incluem momentos específicos durante as aulas para a valorização das culturas afro-brasileira e indígena.

A implementação dessas práticas pedagógicas visa não apenas cumprir a legislação vigente, mas também transformar a escola em um espaço de resistência e valorização das identidades étnico-raciais, revisando inclusive seu material de trabalho.

Os livros didáticos têm sido atualizados para refletir de maneira mais precisa a história dos povos originários e dos afro-brasileiros, que foram escravizados pelos europeus e forçados a trabalhar no Brasil, especialmente na cultura da cana-de-açúcar. De acordo com Bittencourt (2002, p.72), "[...] várias pesquisas demonstraram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes generalizando temas, como família, criança e etnia, de acordo com os preceitos da sociedade burguesa". Portanto, torna-se essencial ampliar as fontes de pesquisa e estudo disponíveis para alunos e professores nas instituições de ensino.

A valorização da cultura afro-brasileira nas escolas públicas do Ensino Médio no Ceará é crucial para o combate ao racismo e para a promoção da equidade social. A inclusão da história, cultura e contribuições dos afro-brasileiros no currículo escolar não apenas enriquece a formação dos estudantes, como também desempenha um papel fundamental na desconstrução de estereótipos racistas e na criação de um ambiente mais inclusivo e respeitoso.

Além da história dos povos africanos escravizados, também é importante considerar a história dos povos originários. A inserção de conteúdos que abordem a riqueza cultural, histórica e social desses povos promove uma educação mais inclusiva e plural, essencial para a formação de cidadãos críticos e conscientes. O reconhecimento e valorização das culturas indígenas contribuem para a desconstrução de estereótipos e preconceitos. Muitas vezes, a falta de conhecimento sobre as tradições e modos de vida dos povos originários alimenta atitudes discriminatórias. Incorporar esses temas no currículo escolar permite que os alunos conheçam e respeitem a diversidade cultural presente na sociedade brasileira, fomentando a empatia e o respeito mútuo, que são pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa.

O Ceará, com sua rica história de influências culturais e étnicas, configura-se como um ambiente propício para a implementação de projetos que promovam a

igualdade e o respeito à diversidade. A herança cultural das populações afro-brasileiras e indígenas está profundamente integrada no cotidiano cearense, desde as expressões artísticas e religiosas até a culinária e as tradições orais. Assim, a inclusão dessas culturas no currículo escolar não se limita a um cumprimento legal, mas representa também um reconhecimento e valorização das contribuições dessas comunidades para a formação da identidade regional.

A educação desempenha um papel transformador nesse contexto. Ao promover a inclusão e o respeito às diferentes identidades étnico-raciais, as escolas contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Projetos como o "Do Oxe ao Orixá" são fundamentais para essa transformação, pois oferecem uma abordagem pedagógica que vai além do currículo tradicional, envolvendo toda a comunidade escolar em um processo contínuo de reflexão e aprendizado.

O desafio está em desenvolver uma postura ética de não hierarquizar as diferenças e entender que nenhum grupo humano e social é melhor do que outro. Na realidade, todos são diferentes, tal constatação e senso político podem contribuir para se avançar na construção dos direitos sociais (BRASIL, 2006, p. 30).

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender e valorizar as iniciativas que visam a construção de uma educação mais inclusiva e plural. Em um contexto globalizado e multicultural, é imperativo que as instituições de ensino estejam preparadas para lidar com a diversidade e promover o respeito mútuo. Dessa forma, ao analisar o caso do Ceará, pretende-se contribuir para o debate sobre as melhores práticas pedagógicas voltadas para a promoção da igualdade étnico-racial em diferentes regiões do Brasil e do mundo.

Para uma compreensão mais profunda da importância e do impacto dessas iniciativas, é necessário examinar como a Lei 11.645/2008 tem sido implementada nas escolas públicas do Ceará, além de identificar os desafios e conquistas associados a essa implementação. É igualmente essencial discutir como projetos específicos, como o "Do Oxe ao Orixá", têm contribuído para a construção de ambientes escolares mais inclusivos e conscientes da diversidade étnico-racial presente na sociedade.

Destaca-se que a promoção da liberdade étnico-racial nas escolas não deve ser vista como um fim

em si mesma, mas como um meio para alcançar uma sociedade mais justa e democrática. Ao formar cidadãos conscientes e respeitosos das diferenças, estamos estabelecendo as bases para um futuro em que a diversidade seja celebrada e todos tenham iguais oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

O combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação por meio da educação é um passo essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática. A valorização das culturas dos povos originários e africanos nas escolas públicas de Ensino Médio no Ceará representa um avanço significativo nessa direção. Essa valorização é uma maneira eficaz de promover o respeito à diversidade, fortalecer a coesão social e formar cidadãos conscientes e preparados para enfrentar e superar as desigualdades sociais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A promoção da liberdade étnico-racial no contexto educacional é uma questão que vem ganhando relevância crescente nas últimas décadas. No estado do Ceará, essa promoção tem emergido como uma prática pedagógica crucial nas escolas públicas. O reconhecimento da rica diversidade étnica e cultural presente na região impulsiona as instituições de ensino a assumirem a responsabilidade de cultivar ambientes de aprendizagem inclusivos e igualitários. Este compromisso se reflete em práticas pedagógicas que visam promover a consciência étnico-racial, abordando a diversidade de culturas e histórias presentes nas comunidades escolares.

Na maioria das escolas em que a questão racial é tematizada, ela aparece como não prioritária. Mesmo naquelas que concentram uma quantidade significativa de alunos negros, ou que apresentam um amplo repertório de preconceito e discriminação racial em relação aos alunos negros, a questão racial não é tratada em projetos pedagógicos específicos (UNESCO).

No Ceará, a adoção de práticas pedagógicas que valorizam a diversidade étnico-racial é fundamental para a formação de cidadãos conscientes e críticos. A história e a cultura afro-brasileira e indígena são componentes essenciais do currículo escolar, conforme estabelecido pela Lei 11.645/2008. Esta legislação determina a inclusão desses conteúdos no currículo, promovendo o reconhecimento e a valorização das

contribuições das populações afro-brasileiras e indígenas para a formação da sociedade brasileira.

Art. 1º O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Brasília, 2008).

A implementação dessa lei nas escolas cearenses tem sido um passo importante para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a diversidade étnico-racial. A escola, como um espaço de formação cidadã, desempenha um papel crucial na promoção da igualdade e no combate ao racismo e à discriminação. Ao abordar a diversidade de culturas e histórias presentes nas comunidades escolares, as instituições de ensino contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Ione da Silva Jovino (2009) relata que

A escola, com suas contradições e limites, ocupa espaço privilegiado na vida dos educandos de classes populares, seja pelo tempo diário que passam nela, seja pelo valor atribuído a ela como um dos fatores que pode lhes possibilitar a ascensão social. Em virtude dessas razões, a escola tem grande potencial para tornar-se um espaço no qual alunas e alunos vejam suas questões acolhidas e trabalhadas de forma a ampliar o campo no qual constroem suas identidades e projetos" (Jovino, 2009, p. 15).

O projeto "Do Oxe ao Orixá", desenvolvido pela Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da EEM Francisco Miguel de Andrade em 2023, inclui o uso do calendário disponibilizado pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC/CE), que destaca datas importantes relacionadas às culturas indígenas e afro-brasileiras. Essas datas são oportunidades para realizar atividades pedagógicas que promovem o conhecimento e o respeito por essas culturas.

O antropólogo Baniwa (2006, p. 131) no seu livro sobre o índio brasileiro afirma que "[...] ao articular instituições, valores e práticas, em integração dinâmica com outros

sistemas sociais, como a economia, a política, a religião, a moral, os sistemas educacionais têm como referência os projetos sociais". Nesse ponto de vista, a escola como base da educação social, tem papel de transformar as próximas ações sociais dos estudantes atuais para que estes, possam transformar a sociedade com base na equidade racial e equidade de gênero.

A promoção da liberdade étnico-racial nas escolas públicas tem o potencial não apenas de preparar os estudantes para um futuro mais inclusivo e diversificado, mas também de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. A gestão das políticas educacionais desempenha um papel essencial nesse processo, devendo considerar a implementação de currículos que incluam conteúdos relacionados à história,

Historicamente, as populações afro-brasileiras e indígenas têm sido marginalizadas e suas contribuições culturais e históricas frequentemente ignoradas ou minimizadas nos currículos escolares. A Lei 11.645/2008 surge, portanto, como um instrumento poderoso para resgatar e valorizar essas culturas, inserindo-as de maneira significativa no processo educativo. Esta inclusão é crucial para o reconhecimento da diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira, contribuindo para a formação de uma identidade nacional mais rica e representativa.

Para atingir os objetivos, devemos organizar a nossa prática pedagógica. Com a nova lei 10.639/03 (sancionada pelo presidente Lula), os conteúdos curriculares de História terão que reorientar o ensino da História da África, dos Africanos e Afro-Brasileiros nos currículos de História, de Literatura e de Educação. Essa não será uma mudança qualquer. Ela exigirá uma revisão do livro didático, devendo contar com a contribuição dos educadores, dos autores, dos movimentos negros, dos editores e do governo. Uma questão fundamental para a redefinição desses novos conteúdos será a construção de um "novo olhar" sobre o negro (Neves, 2005, p. 51).

No contexto educacional da EEM Francisco Miguel de Andrade, a implementação da Lei 11.645/2008 tem sido um passo importante para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitam e valorizam a diversidade étnico-racial. As escolas públicas cearenses, ao adotarem esta legislação, comprometem-se a criar ambientes de aprendizagem inclusivos e equitativos, onde a história e a cultura afro-brasileira e indígena são parte integrante do currículo escolar.

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso a conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista da racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto (sic) das nações como espaços democráticos e igualitários. (BRASIL, 2004).

A relevância desta lei transcende a simples adição de novos conteúdos curriculares; ela implica uma transformação profunda na abordagem pedagógica e na gestão escolar. A inclusão das histórias e culturas afro-brasileira e indígena exige uma reavaliação das práticas educacionais, promovendo métodos de ensino que incentivem o respeito à diversidade e a desconstrução de estereótipos e preconceitos. Esta transformação pedagógica é essencial para a promoção de uma educação que não apenas informa, mas também forma cidadãos conscientes e críticos, capazes de reconhecer e valorizar a diversidade étnico-racial.

A perspectiva futura aponta para a necessidade de uma maior articulação entre as políticas públicas de educação e as demandas das populações afro-brasileiras e indígenas. Isso implica na ampliação dos espaços de participação dessas comunidades na definição e implementação das políticas educacionais, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. Além disso, é crucial garantir recursos adequados para a realização de projetos e iniciativas voltadas para a promoção da igualdade étnico-racial.

Nilma Lino Gomes (2012), uma especialista na área sobre o estudo das relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos, enfatiza a importância da educação das relações étnico-raciais como uma política pública destinada a fomentar uma sociedade democrática e plural. Ela ressalta que essa educação é crucial para promover a equidade e a justiça social nas escolas brasileiras.

A efetivação de uma educação que valorize a diversidade étnico-racial requer um esforço conjunto e coordenado entre governo, instituições educacionais, comunidades e sociedade civil. A promoção de uma formação docente robusta e contínua, focada na compreensão e valorização das questões étnico-raciais, é fundamental para a criação de ambientes de aprendizagem inclusivos e equitativos.

3. METODOLOGIA

Neste artigo, foi possível explorar a implementação da Lei 11.645/2008 no Ceará, analisando as práticas pedagógicas adotadas pelas escolas públicas para promover a inclusão e o respeito à diversidade étnico-racial. Tendo como base o cenário escola da EEM Francisco Miguel de Andrade, localizada no município de Campos Sales, Ceará, foram desenvolvidas ações de inclusão étnico-racial com o intuito de fomentar uma educação mais diversificada e inclusiva.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa utilizou uma pesquisa-ação, em uma abordagem qualitativa, que permitiu uma compreensão dos fenômenos estudados a partir da perspectiva dos envolvidos conforme descrito por Creswell (2014), a fim de entender os significados e as experiências dos participantes no contexto educacional. Os dados coletados foram analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo, conforme delineado por Bardin (2011), que é um conjunto de técnicas de análise de comunicação que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. Esta técnica permitiu identificar e categorizar as principais temáticas emergente a partir dos dados qualitativos.

O presente projeto contemplou uma gama diversificada de ações. Entre elas, destacam-se as conversas informais com representantes das comunidades, que ofereceram aos alunos uma visão autêntica e enriquecedora das tradições e valores das culturas afro-brasileira e indígena. Essas interações possibilitam uma troca de saberes que transcende o ensino formal, promovendo uma compreensão mais holística e empática da realidade sociocultural dessas comunidades.

As gincanas e jogos, virtuais e presenciais, constituíram outra vertente das atividades do projeto. Essas dinâmicas lúdicas foram meticulosamente planejadas para integrar conteúdos culturais e históricos, tornando o aprendizado mais envolvente e significativo. Através dessas atividades, os alunos foram incentivados a explorar e valorizar as diversas manifestações culturais, ao mesmo tempo em que desenvolviam habilidades de colaboração, respeito mútuo e solidariedade.

Na forma presencial, as gincanas continham produções de cordéis, apresentação de uma feira gastronômica com amostras similares de comidas típicas africanas, apresentação de pinturas/desenhos criados pelos estudantes. Já na forma virtual, houve produções de cartazes que representavam a importância dos orixás e a necessidade de propagar as religiões afrodescendentes com o intuito de diminuir o preconceito.

Na fase dos jogos, cada turma teve que realizar tarefas e juntas pontos, tarefas estas que variavam de conhecimento histórico e cultura dos povos de matrizes africanas, caça ao tesouro aonde os participantes procuram pistas para resolver charadas e apresentações de danças utilizando músicas típicas africanas

A primeira fase consistiu em sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da temática étnico-racial. Isso foi realizado através de palestras, seminários e debates que envolveram professores, alunos, pais e funcionários. Convidamos também especialistas e representantes de comunidades étnico-raciais para compartilhar suas experiências e conhecimentos enriqueceu o processo, proporcionando uma perspectiva autêntica e direta.

A temática étnico-racial foi integrada ao currículo de forma transversal. Isso implicou incluir conteúdos que abordassem a história, a cultura e as contribuições dos diferentes grupos étnico-raciais em todas as disciplinas. Por exemplo, nas aulas de história, explorou-se a participação dos povos africanos, indígenas e de outras etnias na formação da sociedade brasileira. Nas aulas

de literatura, obras de autores pertencentes a esses grupos foram estudadas e valorizadas.

Desenvolver atividades interativas que promovessem o diálogo e a reflexão foi essencial. Oficinas, grupos de discussão, projetos interdisciplinares, apresentações culturais e visitas a museus e centros culturais foram algumas das atividades realizadas. Essas atividades incentivaram os alunos a refletirem sobre suas próprias percepções e preconceitos, promovendo uma atitude crítica e inclusiva.

A implementação dessa metodologia requereu o compromisso e a colaboração de toda a comunidade escolar. Ao promover a sensibilização, capacitar educadores, integrar a temática étnico-racial no currículo, desenvolver atividades interativas e realizar uma avaliação contínua, foi possível criar um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo. Tal abordagem não apenas enriqueceu o aprendizado, mas também contribuiu para a formação de cidadãos conscientes e preparados para atuar em uma sociedade diversa e plural.

O projeto incentivou a criação de infográficos pelos alunos, que foram posteriormente expostos nos corredores da escola. Essa atividade não apenas estimulou a criatividade e a capacidade de pesquisa dos alunos, mas também contribuiu para a construção de um ambiente escolar visualmente enriquecido, onde a diversidade cultural foi celebrada e reconhecida.

Figura 1 e 2 – I Gincana da Liberdade Étnica e Racial da FMA.



Fonte: Kátia Keylly Feitosa da Silva.

Figura 3 e 4 – I Festival Gastronômico: Raízes africanas.



Fonte: Kátia Keylly Feitosa da Silva.

Os infográficos, ao serem exibidos de maneira proeminente, atuaram como instrumentos educativos contínuos, sensibilizando toda a comunidade escolar para a importância da valorização das culturas afro-brasileira e indígena.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

A diversidade étnico-racial é uma característica inalienável da tessitura social brasileira, profundamente arraigada em uma narrativa histórica marcada pela mestiçagem e pelo legado cultural de uma miríade de grupos étnicos. Contudo, apesar dessa inestimável riqueza cultural, persistem desigualdades e preconceitos que exercem uma influência notável sobre a existência dos cidadãos, sobretudo no âmbito educacional. Nesse contexto, projetos como o "Oxe ao Orixá" emergem como protagonistas na promoção da apreciação e compreensão da diversidade étnico-racial nas escolas públicas de ensino médio no Ceará.

Este se erige como uma iniciativa destinada a fomentar o conhecimento e a valorização da cultura afro-brasileira e da religiosidade de matriz africana, tais como o Candomblé e a Umbanda, entre os estudantes do ensino médio. Através de uma gama de atividades interdisciplinares, como palestras, oficinas, exposições e apresentações culturais, o projeto visa sensibilizar os alunos para a importância da diversidade étnico-racial e para o combate ao racismo e à intolerância religiosa.

A pertinência do projeto é ressaltada pela dinâmica social e educacional do Ceará, onde persistentes desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais se manifestam. Apesar de a região ostentar uma população majoritariamente composta por indivíduos negros e pardos, a representatividade desses grupos nas instituições de ensino ainda é limitada, sendo que o currículo escolar frequentemente relega ao ostracismo a história e a cultura afro-brasileira, fomentando, assim, a perpetuação de estereótipos e preconceitos.

Ao se analisarem os resultados do projeto "Oxe ao Orixá", torna-se perceptível os impactos positivos tanto no ambiente escolar quanto na vida dos estudantes. Primeiramente, a iniciativa promove um senso de pertencimento e identidade mais acentuados entre os alunos afrodescendentes, ao reconhecer e valorizar suas raízes culturais e religiosas. Tal dinâmica contribui para o fortalecimento da autoestima e da autoconfiança desses estudantes, propiciando um desempenho acadêmico mais sólido e uma participação mais ativa nas atividades escolares.

O projeto também apresenta o potencial de sensibilizar os alunos não afrodescendentes para as questões relacionadas à diversidade étnico-racial e à discriminação racial. Ao proporcionar um espaço de diálogo e reflexão acerca desses temas, os estudantes podem desenvolver uma consciência crítica mais aguçada e uma empatia mais ampla em relação às

experiências e desafios enfrentados por seus colegas negros e pardos.

Outro aspecto relevante a se ponderar é o impacto do projeto na construção de uma escola mais inclusiva e democrática. Ao abordar questões sensíveis, como racismo e intolerância religiosa, de maneira franca e respeitosa, o projeto fomenta o respeito à diversidade e o diálogo intercultural no ambiente escolar. Isso contribui para a promoção de relações mais harmoniosas e igualitárias entre os alunos, prevenindo conflitos e fomentando um ambiente de convivência pacífica e colaborativa.

É imperativo ressaltar que o êxito do projeto "Oxe ao Orixá" depende não apenas do engajamento dos estudantes e professores, mas também do apoio e da colaboração das autoridades educacionais e da sociedade em geral. Torna-se essencial que políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo sejam implementadas e efetivamente aplicadas nas escolas, assegurando que a diversidade étnico-racial seja reconhecida e valorizada em todas as esferas da educação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto educacional do Ceará, a promoção da liberdade étnico-racial se mostra como uma prática pedagógica de suma importância nas escolas públicas. Reconhecendo a riqueza da diversidade étnica e cultural presente na região, as instituições de ensino têm a responsabilidade de criar ambientes inclusivos e igualitários. A escola, enquanto formadora de cidadãos, deve exercer o papel de promover a consciência étnico-racial, abordando de forma abrangente a diversidade de culturas e histórias locais.

A legislação brasileira, representada pela Lei 11.645/2008, estabelece a obrigatoriedade da inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar, orientando assim práticas pedagógicas que promovam o respeito à diversidade. Neste sentido o projeto "Do Oxe ao Orixá", lançado em 2023 pela FMA, destaca-se por promover o acolhimento e inclusão. Este projeto mostrou grande impacto no processo de ensino/aprendizagem no que tange as questões étnico-raciais dentro da instituição e maior participação dos estudantes em rodas de conversa e no combate ao racismo e preconceito.

No contexto cearense, essa prática não apenas prepara os estudantes para um futuro inclusivo, mas também contribui de forma significativa para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A gestão das políticas educacionais desempenha um papel crucial no desenvolvimento étnico-racial, demandando a implementação de currículos inclusivos e a adoção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial.

Em suma, a promoção da liberdade étnico-racial na EEM Francisco Miguel de Andrade não apenas reflete um compromisso com os princípios democráticos e de justiça social, mas também representa um investimento no desenvolvimento integral dos estudantes e na construção de uma sociedade mais plural e inclusiva. É fundamental que todos os atores envolvidos no processo educacional, desde gestores até professores e alunos, estejam engajados nesse esforço contínuo de promoção da igualdade e valorização da diversidade étnico-racial.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Cultura popular: um conceito e várias histórias. *In*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. (Org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

BANIWA, Gersem. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje/ Gersem dos Santos Luciano** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BITTENCOURT, Circe M. F. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

BRASIL. Ministério Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília: MEC/Conselho Nacional de Educação, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acessado em: 10 mar. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **Relação étnico-racial, educação e descolonização dos currículos**. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20currículo.pdf. Acessado em 20 abr. 2023.

JOVINO, Ione da Silva. Alguns pressupostos para o trabalho com cultura negra na escola. *In*: SCHLEUMER, Fabiana(org.). **Estudos étnico-raciais**. Bauru. SP: Canal 6, 2009.

NEVES, Gilberto. A discriminação racial na educação brasileira. *In*: **Revista de Educação Popular**, nº 4. Uberlândia: EDUFU, 2005.

UNESCO. **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000145993#:~:text=URL%3A%20https%3A%2F%2Funesdoc.unesco.org%2Fark%3A%2F48223%2Fpf0000145993%0Avisible%3A%20%25%20>. Acessado em 10 abr. 2023.